



Divulgação de Resultados

2T23

taesa^{*}

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2023

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, “Transmineiras”) é realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

3 de agosto de 2023

quinta-feira

Brasília 11h00

Nova York 10h00

Andre Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente Executivo de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	8
3. VISÃO GERAL	10
3.1. Estrutura Societária	10
3.2. Estrutura Societária TBE	13
3.3. Estrutura Societária AIE	13
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	14
4.1. Desempenho Operacional	14
4.2. Ciclo da RAP 2023-2024	15
4.3. Queda de 50% da RAP	16
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	18
4.5. Receita Líquida IFRS	20
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	22
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	23
4.8. Receita Líquida Regulatória	24
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	25
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	26
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	26
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	27
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	27
4.14. Resultado Financeiro Líquido	28
4.15. Impostos	29
4.16. Lucro Líquido	32
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	34
4.18. Endividamento	35
4.19. Investimentos	37
4.20. Projetos em Construção	37
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	40
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
5.1. Receita IFRS por Concessão	42
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	43
5.3. DRE 2T23	44
5.4. DRE 6M23	45
5.5. DRE IFRS 2T23 (Subsidiárias)	46
5.6. DRE IFRS 6M23 (Subsidiárias)	47
5.7. DRE Regulatório 2T23 (Subsidiárias)	48
5.8. DRE Regulatório 6M23 (Subsidiárias)	49
5.9. Reconciliação do EBITDA	50
5.10. Balanço Patrimonial	51
5.11. Fluxo de Caixa IFRS	52
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório	53

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CRESCIMENTO DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS DEVIDO A ENTRADA EM OPERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

A receita operacional líquida regulatória da Companhia, na visão de consolidação proporcional, apresentou um crescimento de 20,1% na comparação com o segundo trimestre de 2022, totalizando R\$ 858,9 MM. No acumulado do ano, a receita líquida regulatória registrou R\$ 1.686,3 MM, 21,9% maior que o mesmo período de 2022. Já o EBITDA regulatório da Companhia totalizou R\$ 741,3 MM no 2T23 e R\$ 1.475,6 no 6M23, também na visão proporcional, com um crescimento anual de 22,4% e 24,1%, respectivamente. Assim, a margem EBITDA registrou 86,3% no trimestre e 87,5% no acumulado de 2023, ambas maiores que os respectivos períodos do ano anterior (+1,6 e +1,5 pontos percentuais), em função principalmente do início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa, a partir de 31 de março de 2023 e da entrada em operação dos empreendimentos em construção: Aimorés, Paraguaçu, Sant'Ana e Ivaí – os dois últimos em operação parcial.

A Taesa encerrou o primeiro semestre do ano com uma posição de caixa de R\$ 1,6 bilhões e dívida líquida de R\$ 10,2 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma redução comparada com o nível reportado doze meses atrás.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas em 99,77% e reversão de parcela variável de R\$ 17,5 MM em função de eventos externos e alheios à gestão da Companhia que foram recorridos, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de seus ativos de transmissão.

Seguimos dedicados aos nossos empreendimentos em construção com a energização recente de outras fases dos projetos de Sant'Ana e Ivaí, chegando muito próximo a suas conclusões finais, além do início de operações de Saíra, um dos dois lotes arrematados no leilão de dezembro de 2022, que passou a receber 72,2% da sua RAP total a partir de 31 de março. Somando à entrada em operação dos empreendimentos de ESTE, Aimorés e Paraguaçu e parciais de Sant'Ana e Ivaí no ano passado, essas recentes entregas todas adicionam uma RAP de mais de R\$ 615 MM para a Companhia (ciclo RAP 2023-2024 – adicionado de PIS/COFINS), considerando a participação proporcional da Taesa nessas concessões. Os demais empreendimentos em construção de Ananaí, Pitiguari, Tangará, 2ª fase de Saíra e reforços da Novatrans seguem avançando de acordo com seus respectivos cronogramas e adicionarão a Companhia uma RAP de cerca de R\$ 400 MM, quando entrarem em operação comercial nos próximos anos.

Em termos de resultado IFRS (contábil), a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 220,4 MM no trimestre, uma redução de 60,9% na comparação ao segundo trimestre de 2022, em função principalmente da queda da receita de correção monetária do ativo contratual, motivada pelos menores índices macroeconômicos entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M que registrou -2,73% no acumulado do 2T23 contra +3,71% no 2T22.

A Taesa mantém seu foco total na agenda de Sustentabilidade, uma vez que este tema está conectado a sua missão, visão e todos os seus valores, sendo também um pilar fundamental do seu Planejamento Estratégico. Na frente de Gente, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 5º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 3º ano consecutivo dentre 69 empresas do setor de energia. Além disso,

a Companhia segue firme nos trabalhos para a certificações das ISOs 9001, 14001, 45001 e 55001 através do Sistema de Gestão Integrado Taesa (SGIT), uma vez que este tema está integralmente alinhado ao Planejamento e Objetivos Estratégicos da Companhia e tem contado com o engajamento de todos os seus colaboradores. O SGIT trabalha na padronização e melhoria contínua dos processos da empresa visando a produtividade, eficiência e competitividade, além da redução e mitigação de riscos e obtenção das respectivas certificações.

Em 4 de julho, a ANEEL publicou a resolução homologatória 3.216/2023 que estabelece a RAP das concessões de transmissão para o ciclo 2023-2024 valendo a partir de 1.º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024 e afetando, portanto, o resultado da Taesa a partir do 3T23. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -4,5% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,94%. Vale mencionar ainda que 3 concessões do grupo sofreram a última redução de 50% da RAP (ATE III, STC e Lumitrans), não havendo, portanto, mais reduções futuras de 50% para contratos de categoria II. É importante destacar que, mesmo com a deflação do IGP-M e as últimas reduções de 50% de algumas concessões, a Taesa apresentou um aumento de 4,1% na RAP operacional entre os ciclos 2022-2023 e 2023-2024 motivada pela entrada em operação dos diversos empreendimentos já mencionados mais acima. Esse desempenho demonstra a busca de geração de valor aos seus stakeholders através de disciplina financeira e excelência de gestão.

Por fim, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de proventos no montante de R\$ 313,4 MM (R\$ 0,91 / Unit), sendo R\$ 216,2 MM (R\$ 0,63 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP) e R\$ 97,2 MM (R\$ 0,28 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 29 de agosto de 2023, a partir da data base de 7 de agosto de 2023.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Receita Líquida IFRS	678,6	847,7	-19,9%	1.371,5	1.643,4	-16,5%
Lucro Líquido IFRS	220,4	564,0	-60,9%	607,2	1.123,9	-46,0%
Receita Líquida Reg.	633,1	560,1	13,0%	1.231,2	1.086,2	13,3%
EBITDA Reg.	534,9	464,9	15,1%	1.056,8	919,3	15,0%
Margem EBITDA Reg.	84,5%	83,0%	1,5 pp	85,8%	84,6%	1,2 pp
Lucro Líquido Reg.	246,4	141,7	73,9%	461,8	287,9	60,4%
Dívida Líquida	8.207,3	6.661,5	23,2%	8.207,3	6.661,5	23,2%
Dividendos e JCP Pagos	-	800,3	-100,0%	460,0	800,3	-42,5%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Receita Líquida IFRS	839,2	1.463,8	-42,7%	1.981,9	2.726,9	-27,3%
Lucro Líquido IFRS	220,4	564,0	-60,9%	607,2	1.123,9	-46,0%
Receita Líquida Reg.	858,9	715,0	20,1%	1.686,3	1.383,4	21,9%
EBITDA Reg.	741,3	605,6	22,4%	1.475,6	1.189,1	24,1%
Margem EBITDA Reg.	86,3%	84,7%	1,6 pp	87,5%	86,0%	1,5 pp
Lucro Líquido Reg.	246,4	141,7	73,9%	461,8	287,9	60,4%
Dívida Líquida	10.236,0	8.696,1	17,7%	10.236,0	8.696,1	17,7%
Dívida Líquida/EBITDA	3,7	3,8	-10,2%	3,7	3,8	-10,2%

RESULTADO REGULATÓRIO

- Lucro líquido regulatório, que reflete a geração de caixa da Companhia, registrou um aumento de 73,9% entre 2T23 e 2T22, totalizando R\$ 246,4 MM, como resultado principalmente do início de operação da concessão de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa, e entrada em operação dos empreendimentos Sant'Ana (novas fases), Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial) entre 2022 e 2023.
- A receita líquida totalizou R\$ 633,1 MM no 2T23, registrando um crescimento de 13,0% em relação ao mesmo período de 2022, explicado pelo início da operação de Saíra (1ª fase), entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~91% da RAP total habilitada) e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023.
- O EBITDA totalizou R\$ 534,9 MM no 2T23, apresentando um aumento anual de 15,1%. A margem EBITDA ficou em 84,5% no trimestre (+1,5pp contra 2T22).
- Crescimento anual de R\$ 68,6 MM na equivalência patrimonial, explicado pela entrada em operação de Ivaí (~98% da RAP total habilitada), Paraguaçu e Aimorés, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023, e pelas menores despesas financeiras em Ivaí e TBE.
- Queda de 7,4% nas despesas financeiras líquidas, resultado principalmente da contração do índice de inflação incidente sobre a dívida indexada a IPCA observado entre os períodos comparados.
- Em 30 de junho de 2023, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 9.541,8 MM, um aumento de 1,5% contra o 1T23. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.334,5 MM (aumento de 27,1% versus 1T23), resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.207,3 MM (queda de 1,8% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,7x (contra 3,9x no 1T23).

- No aspecto operacional, o índice de disponibilidade foi de 99,77% e a Parcela Variável (PV) contábil ficou revertida em -R\$ 17,5 MM, ambos no 6M23.

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 220,4 MM no 2T23, registrando uma queda de 60,9% quando comparado ao mesmo período de 2022, devido principalmente a:
 - (i) Menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M que registrou deflação acumulada no trimestre (IGP-M: -2,73% 2T23 versus +3,71% 2T22; IPCA: +1,56% 2T23 versus +3,18% no 2T22), com reflexo direto na receita de correção monetária do ativo contratual de todas as concessões da Companhia.
 - (ii) O impacto mencionado acima também afetou as participações da TAESA contribuindo para a redução de 64,0% entre 2T23 e 2T22, na linha de equivalência patrimonial.
 - (iii) Estes efeitos foram compensados por:
 - a. Aumento anual na margem de implementação de infraestrutura em função dos investimentos em Ananai, Sant'Ana e Pitiguari. Estes efeitos foram compensados em parte pelos menores investimentos nas participações da TAESA motivados pela entrada em operação de Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial).
 - b. Aumento na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2022-2023) e pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa e entrada em operação de Sant'Ana (novas fases), Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (parcial).
 - c. Aumento na receita de remuneração do ativo contratual como resultado da entrada em operação dos empreendimentos acima mencionados, além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses.
 - d. Melhora de R\$ 12,4 MM na Parcela Variável, entre 2T23 e 2T22, em função da reversão da PV contabilizada no 2T23 referente a queda de torres na concessão ATE, decorrente de um evento climático severo, externo e alheio à gestão da Companhia.
 - e. Queda de 6,6% na despesa financeira líquida decorrente principalmente da contração do índice de inflação IPCA entre os períodos comparados, impactando diretamente a linha de variações monetárias e cambiais.
- O Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 313,4 MM (R\$ 0,91 / Unit), sendo R\$ 216,2 MM (R\$ 0,63 / Unit) a título de JCP e R\$ 97,2 MM (R\$ 0,28 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 31 de março de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 29 de agosto de 2023, a partir da data base de 7 de agosto de 2023.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 43 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 14 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022, os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

Atualmente, a Companhia possui 7 empreendimentos de grande porte em construção (Sant'Ana, Ivaí, Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra e reforços da Novatrans).

Histórico de entregas recentes:

Em 30 de maio de 2023, o empreendimento de Sant'Ana obteve junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") a emissão dos Termos de Liberação ("TLs") para as instalações LT Livramento 3 – Santa Maria 3, SE Santa Maria e Compensador Síncrono da SE Livramento 3. Os TLs foram emitidos de forma retroativa às datas de energização das instalações ocorridas em 2 e 18 de maio respectivamente, e garantindo assim, o recebimento de cerca de 36% da RAP do empreendimento para a Companhia. Em 7 de dezembro de 2022, Sant'Ana obteve o TL para as instalações LT Livramento - Maçambará 3, SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 e passou a adicionar para a Companhia uma RAP de 32% da RAP total do empreendimento, retroativo a 30 de novembro de 2022. Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os TLs para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Com essas entregas parciais, Sant'Ana passou a ter direito a aproximadamente R\$ 74 MM de RAP (ciclo 2023-2024) antes do prazo previsto de conclusão pela ANEEL de julho de 2023, ou seja, em torno de 91% da sua RAP total. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa. Sant'Ana apresenta uma RAP total de R\$ 80,8 MM para o ciclo 2023-2024. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão. O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

O empreendimento de Ivaí obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") pela ONS para as seguintes instalações: (i) em maio de 2023, a LT 525 kV Foz do Iguaçu-Guaíra (circuito duplo), os Módulos Gerais 525 kV da SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Reatores 525 kV, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra; (ii) em abril de 2023, o Banco de Capacitores 138kV – 30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Modulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, os Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, as entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo); (iii) em janeiro de 2023, os Reatores 525 kV Guaíra – Sarandi, (iv) em dezembro de 2022, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo); e (v) em novembro de 2022, a LT 525 kV Sarandi-Londrina C1 e o Modulo Geral 525 kV Londrina. O empreendimento obteve os termos de liberação provisórios dos trechos acima e também dos trechos LT 525 kV Sarandi-Londrina C2, Modulo Geral 525 kV SE Sarandi, Reatores 525 kV SE Sarandi, e dos Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi, o que garantiu uma RAP de 90% de cada trecho em datas anteriores as datas acima. Com essas entregas parciais, Ivaí passou a receber aproximadamente 98% da RAP total do projeto. Ivaí é um empreendimento referente ao lote 1, do leilão de transmissão nº 005/2016, realizado em abril de 2017, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 414,2 MM para o ciclo 2023-2024, e está localizada

no Paraná, com extensão de 593 km de linha em circuito duplo, com tensões de 230kV e 525kV, interligando a 5 subestações.

Em 30 de março de 2023, a Taesa assinou os contratos de concessão dos lotes 3 e 5 referentes ao Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022, realizado em dezembro de 2022. O lote 5 é chamado de Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Saíra") e fica situado entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensão já construída de 743 km de linha e três subestações, sendo a SE Garabi uma conversora denominada de *back-to-back* que possibilita a exportação e importação de energia elétrica para Argentina. O empreendimento tem um investimento previsto de R\$ 1.176 milhões (Capex ANEEL), e uma RAP de R\$ 174,4 MM (ciclo 2023-2024) já adicionada de PIS/COFINS. Como parte do valor do investimento, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção, garantindo assim, a partir de 31 de março, a contabilização de 72,2% da sua RAP total. Uma vez concluídas as obras de revitalização, cujo prazo regulatório para conclusão é de 60 meses, serão acrescentados os 27,8% remanescentes da sua RAP total para a Companhia. O lote 3 é chamado de Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Tangará") e fica situado nos Estados do Maranhão e Pará, com 279 km de extensão sendo 72 km de circuito duplo. Tangará tem um investimento previsto de R\$ 1.117 milhões (Capex ANEEL) com prazo regulatório de conclusão da obra de 60 meses e acrescentará uma RAP de R\$ 104,7 MM (ciclo 2023-2024), a partir da sua entrada em operação.

Em 4 e 25 de outubro de 2022, sob as Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, a Taesa obteve autorização para implantar reforços nas instalações de Novatrans. Novatrans entrou em operação em junho de 2003 e atualmente interliga as regiões Norte e Sudeste, com aproximadamente 1.278 km de 500kV de linhas de transmissão e 6 subestações passando pelos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. As REAs acima autorizam a substituição de 3 Bancos de Capacitores Séries nas subestações de SE Imperatriz, SE Colinas e na saída de linha LT 500kV Colinas-Imperatriz C2. Com um investimento previsto de R\$ 262,6 MM (Capex ANEEL), os projetos terão um prazo regulatório de 30 meses para conclusão e acrescentarão para a Companhia uma RAP de R\$ 45,0 MM a partir da sua energização.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 81,7 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 163,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 30 de junho de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado em Santa Catarina, com extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km de circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 243,2 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 21,4 MM (ciclo 2023-2024) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

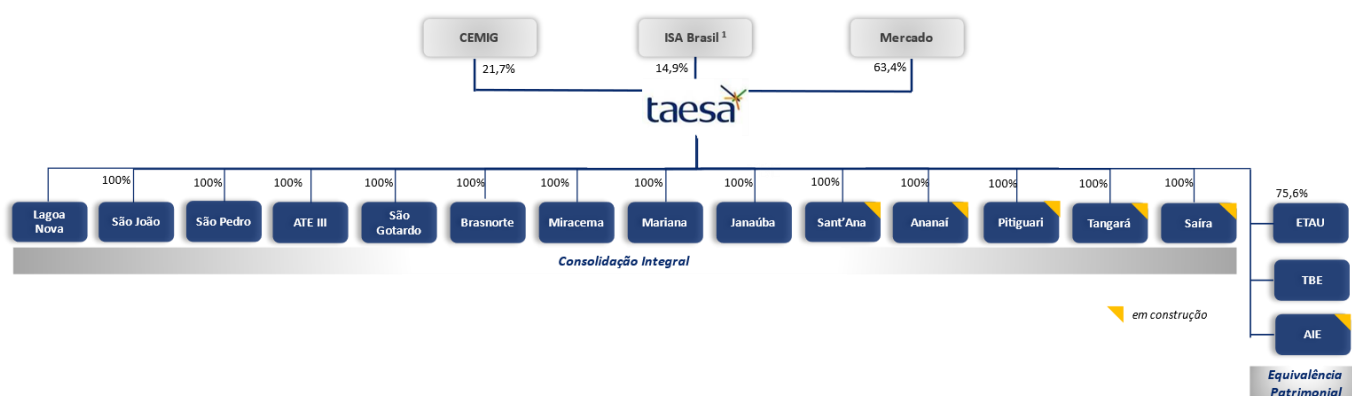
Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 54,8 MM de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2023-2024. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 109,5 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 77,4 MM (ciclo 2023-2024). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 154,9 MM para o ciclo 2023-2024 e está localizada entre os Estados

de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

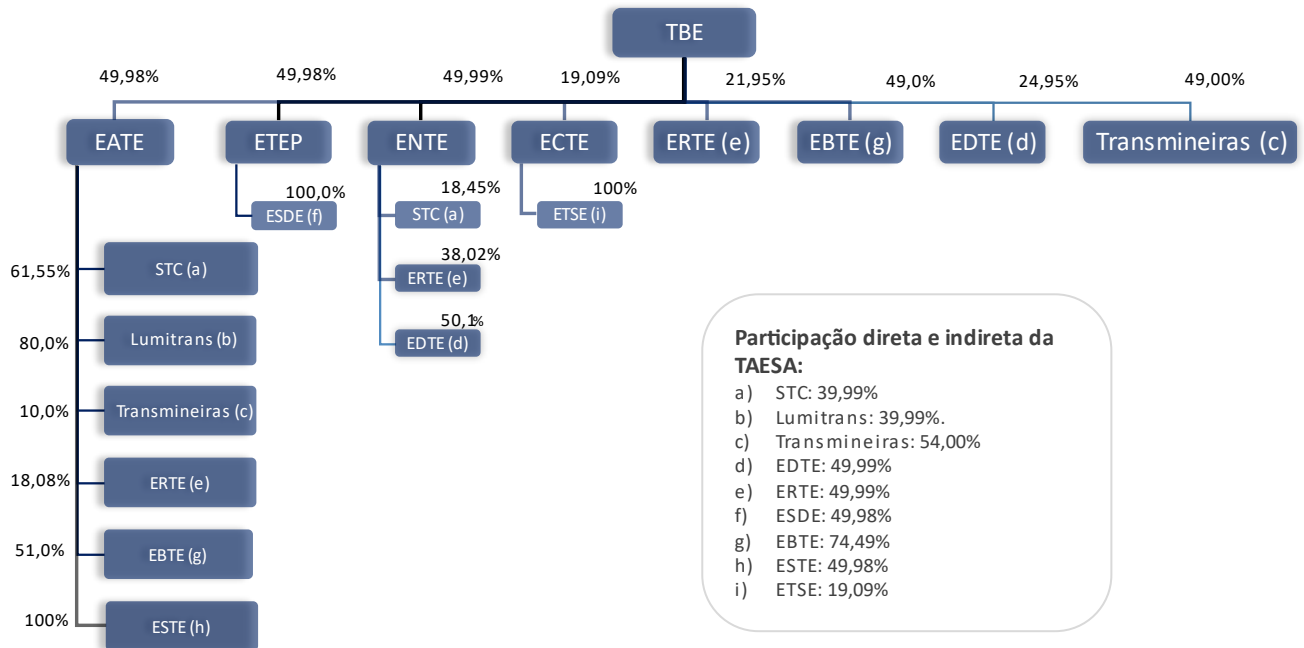
Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, com extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O empreendimento, denominado Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 166,2 MM (ciclo 2023-2024) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.

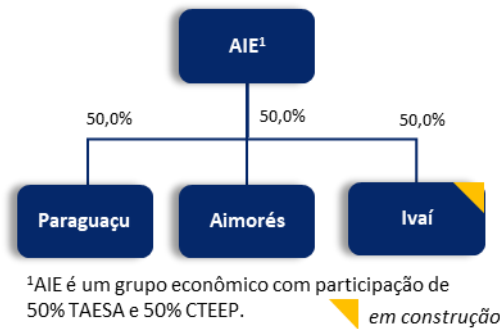


¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

3.2. Estrutura Societária TBE



3.3. Estrutura Societária AIE

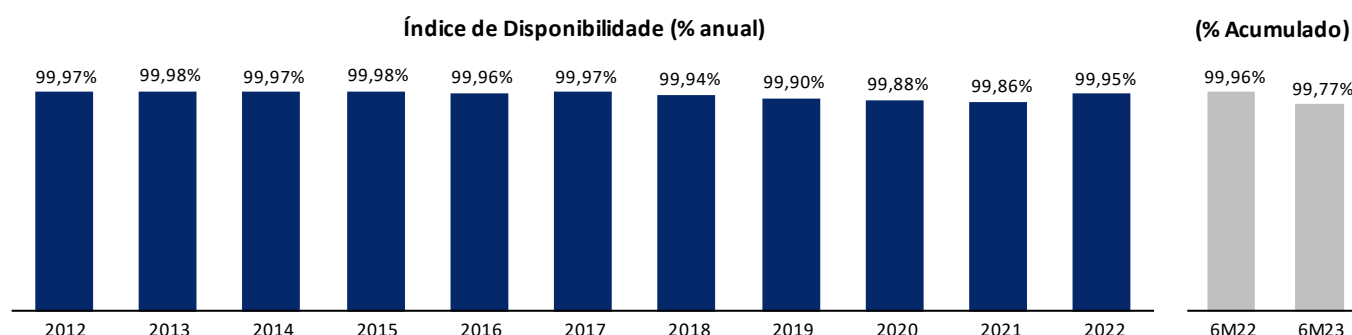


4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

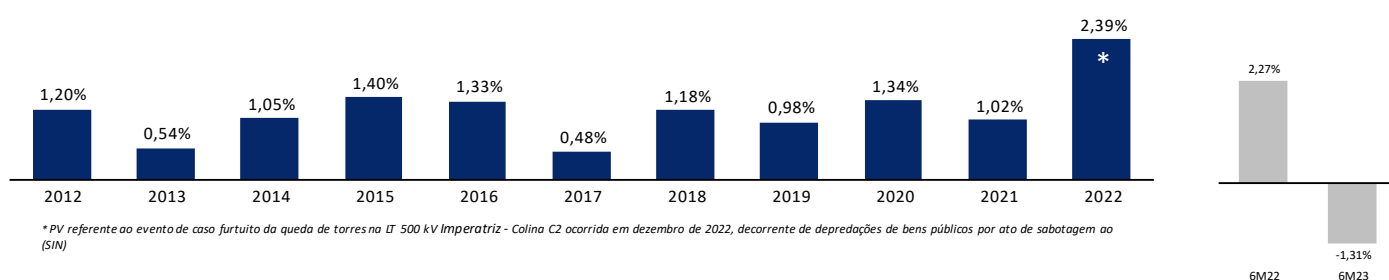
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro semestre de 2023, um índice disponibilidade de 99,77%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo



A PV contabilizada no 6M23 resultou em uma reversão de R\$ 17,5 MM, equivalente a 1,31% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes: (i) ATE: reversão de provisão contabilizada neste trimestre, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia; (ii) Novatrans: reversão parcial de provisão pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, conforme amplamente noticiado na mídia, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia; (iii) Brasnorte: queda de torre na LT 230 kV Brasnorte/Nova Mutum C1 e C2 por colisão de máquina agrícola, em fevereiro de 2023; e (iv) TSN: desligamentos automáticos e operação restritiva no compensador estático da SE Bom Jesus da Lapa II decorrente de um curto e subsequente manutenção do disjuntor, em fevereiro de 2023.

4.2. Ciclo da RAP 2023-2024

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.216/2023 ("REH 3.216") que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2023-2024, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T23. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -4,46% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,94%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2021-2022	Ciclo 2022-2023	Ciclo 2023-2024
Ajuste IGP-M	37,0%	10,7%	-4,5%
Novatrans ²	483,3	535,4	550,5
TSN ²	454,6	506,2	494,7
Munirah	29,9	33,1	31,6
GTESA	8,1	8,9	8,5
PATESA ²	23,9	26,7	26,4
ETAU ¹	39,1	43,2	41,3
ETEO	144,4	159,9	152,7
NTE	126,1	139,9	133,6
STE	69,5	77,2	73,6
ATE I	122,1	135,3	129,2
ATE II	273,6	211,8	202,3
EATE ¹	179,0	198,3	189,4
ETEP ¹	40,3	44,6	42,6
ENTE ¹	92,2	102,1	97,5
ECTE ¹	14,9	16,5	15,7
ERTE ¹	21,0	23,2	22,2
Lumitrans ¹	17,4	12,1	9,2
Transleste ¹	18,0	20,0	19,1
Transirapé ¹	29,4	23,5	23,0
Transudeste ¹	18,4	12,4	11,8
Subtotal	2.205,1	2.330,3	2.275,2
Ajuste IPC-A	8,1%	11,7%	3,9%
ATE III ²⁴	152,3	158,9	95,0
São Gotardo	6,2	6,9	7,2
Mariana	18,4	20,6	21,4
Miracema	77,4	86,4	89,8
Janaúba	235,4	257,6	267,7
Aimorés ¹	48,1	52,7	54,8
Paraguaçu ¹	71,9	78,6	81,7
Brasnorte	33,9	37,8	39,2
STC ¹⁴	21,7	18,0	15,1
EBTE ¹	44,5	48,5	51,7
ESDE ¹	8,1	9,1	9,4
ETSE ¹	5,0	6,5	6,8
ESTE ¹	68,1	74,5	77,4
Ivaí ¹³	178,3	199,2	207,1
EDTE ¹	41,9	46,1	47,9
Sant'Ana ³	69,6	77,8	80,8
São João	55,9	62,4	64,9
São Pedro	60,1	67,2	75,6
Lagoa Nova	14,4	16,1	16,7
Ananai ³	143,1	159,9	166,2
Pitiguari ³		19,5	21,4
Tangará (Lote 3) ³⁵		100,7	104,7
Saíra (Lote 5) ³⁵		167,7	174,4
Subtotal	1.354,6	1.772,7	1.777,0
Total	3.559,7	4.103,0	4.052,2

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Em Construção

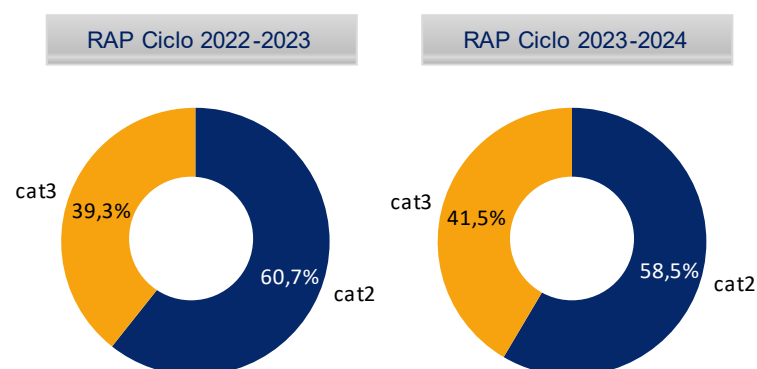
⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁵ Contratos das concessões assinados em 30/03/2023

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2023-2024 é de R\$ 4.052 MM, sendo 44,5% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2023-2024 ficou em R\$ 3.671 MM, contra R\$ 3.527 MM para o ciclo 2022-2023, considerando as entradas de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022 e maio de 2023, as entradas parciais de Ivaí entre 2022 e 2023 e a conclusão de Paraguaçu em julho de 2022.

O reajuste da RAP para o ciclo 2023-2024 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE III, Lumitrans e STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **Novatrans, TSN e São Pedro** possuem reforços autorizados; e (iii) **PATESA** recebeu adicional de RAP de O&M devido a seccionamento de linha. Vale ressaltar que os valores apresentados pela REH 3.216 podem sofrer alteração após análise e apresentação de recurso a ANEEL pela Companhia.

Os valores publicados de RAP pela REH 3.216 das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai, Pitiguari, Tangará e Saíra foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) consideram a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada foi reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrou no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Portanto, a RAP da Taesa não terá nos próximos ciclos outros impactos de redução de 50% de RAP que não tenham sido reconhecidos até o final do ciclo 2023-2024.

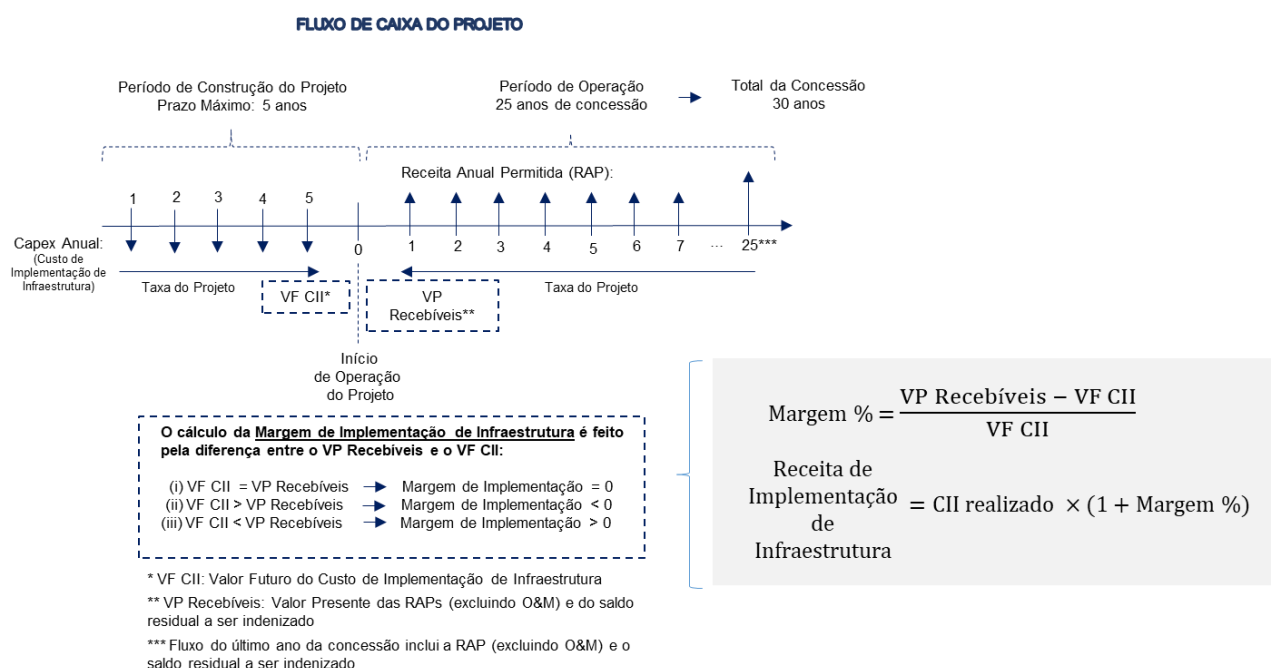
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15 a partir de 2018, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Ou seja, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa de retorno do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.
- (vi) Para o Exercício Social de 2022, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante líquido de R\$ 94.232.513,75 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, sendo constituído por uma reserva de R\$ 207.632.058,20 e uma realização de R\$ 113.399.544,45 referente ao pagamento de dividendos intermediários em dezembro de 2022.

É importante ressaltar que para os exercícios sociais de 2021, 2022 e primeiro semestre de 2023 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que indica que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.719.030.923,76, sendo R\$ 1.698.618.543,59 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de junho de 2023, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 90.553.374,08, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T23 foi de R\$ 678,6 MM, 19,9% menor que o 2T22, em função principalmente da queda na receita de correção monetária motivada pela contração dos índices inflacionários entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M que registrou deflação acumulada no trimestre.

A Receita Líquida IFRS do 6M23 foi de R\$ 1.371,5 MM, 16,5% menor que o registrado no 6M22.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2023 foram: IGP-M de +0,05%, -0,95% e -1,84% (acumulado -2,73%), e IPCA de +0,71%, +0,61% e +0,23% (acumulado +1,56%), referente aos meses de março, abril e maio de 2023, respectivamente. No segundo trimestre de 2022, o IGP-M foi de +1,74%, +1,41% e +0,52% (acumulado +3,71%), e IPCA de +1,62%, +1,06% e +0,47% (acumulado +3,18%), referente aos meses de março, abril e maio de 2022, respectivamente.

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Operação e manutenção	275,7	239,9	14,9%	542,9	479,8	13,2%
Remuneração do ativo contratual de concessão	288,7	264,0	9,4%	556,2	518,1	7,3%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(28,8)	346,4	n/a	107,6	679,5	-84,2%
Implementação de infraestrutura	185,0	46,1	301,3%	260,1	96,0	170,9%
Total Receitas IFRS	720,6	896,4	-19,6%	1.466,8	1.773,4	-17,3%
Parcela variável	12,4	(4,9)	n/a	17,5	(27,7)	n/a
Outras receitas operacionais	9,4	23,0	-59,3%	16,9	29,9	-43,6%
Receita operacional bruta	742,4	914,5	-18,8%	1.501,1	1.775,6	-15,5%
PIS e COFINS	(39,1)	(46,5)	-15,8%	(80,6)	(93,2)	-13,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	4,9%	(0,2)	(0,2)	11,2%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-30,1%	(0,0)	(0,0)	-18,3%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,5)	(20,2)	21,4%	(48,7)	(38,8)	25,4%
Deduções da receita operacional bruta	(63,8)	(66,8)	-4,5%	(129,5)	(132,2)	-2,0%
Receita operacional líquida	678,6	847,7	-19,9%	1.371,5	1.643,4	-16,5%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 14,9% da receita de O&M se deve principalmente ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, de 10,72% no IGP-M e 11,73% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2021 a maio de 2022, conforme Resolução Homologatória nº 3.067/2022, além do início da operação de Saíra sob gestão da Taesa e da entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~91% da RAP total habilitada).
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 9,4% na comparação anual se deve principalmente ao início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, imediatamente após a assinatura do contrato de concessão, e a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana (~91% da RAP total habilitada), além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses, mais especificamente pelo IPCA, que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação, a receita de correção monetária apresentou uma queda anual de R\$ 375,2 MM em razão da contração dos índices de inflação registrados nos períodos comparados, principalmente o IGP-M que registrou uma deflação acumulada de -2,73% no 2T23 versus uma inflação de +3,71% no 2T22; o IPCA registou +1,56% no acumulado do 2T23 versus +3,18% no 2T22, conforme apresentado mais acima.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O crescimento anual de R\$ 138,9 MM na receita de implementação se deve basicamente aos investimentos realizados em Ananaí, Saíra (2ª fase) e Pitiguari, além da entrega de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022 e maio de 2023.
- **Parcela variável (PV):** A Parcela Variável (PV) registrou uma reversão de R\$ 12,4 MM no 2T23, apresentando uma melhora de R\$ 17,3 MM na comparação entre o 2T23 e o 2T22 em função da reversão dessa PV contabilizada neste trimestre de aproximadamente R\$ 15 milhões, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP (ATE) em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de 59,3% nesta linha se deve principalmente a contabilização de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de contrato pela ONS de uso do sistema por uma contraparte no 2T22.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma redução de 4,5% na comparação entre 2T23 e 2T22 em função do PIS/COFINS diferido que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15), sendo compensado em parte pelo aumento de encargos setoriais calculados com base no resultado regulatório.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 289,2 MM no 2T23, 94,6% maior quando comparado ao 2T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 439,9 MM, 69,4% maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)						
R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Pessoal	(61,7)	(49,2)	25,4%	(114,8)	(98,5)	16,6%
Material	(172,8)	(51,3)	236,6%	(246,6)	(87,6)	181,6%
Serviço de terceiros	(33,0)	(29,0)	13,9%	(48,7)	(44,1)	10,4%
Outros	(18,0)	(12,1)	49,0%	(20,8)	(15,6)	33,5%
Total	(285,4)	(141,6)	101,6%	(430,9)	(245,7)	75,4%
Depreciação e amortização	(3,8)	(7,1)	-46,5%	(9,0)	(13,9)	-35,2%
Total	(289,2)	(148,7)	94,6%	(439,9)	(259,7)	69,4%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 25,4% na comparação entre o 2T23 e o 2T22 é explicado principalmente pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, (ii) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana (~91% da RAP total habilitada).
- **Material:** O aumento de R\$ 121,4 MM se deve principalmente a investimentos finais em Sant'Ana (+R\$ 31,4 MM) e investimentos nos empreendimentos de Ananaí (+R\$ 40,3 MM) e na 2ª fase de Saíra (+R\$ 23,5 MM).
- **Serviços de terceiros:** O aumento de 13,9% na comparação entre o 2T23 e o 2T22 foi influenciado principalmente por maiores gastos com serviços de vigilância e limpeza na Taesa, Saíra e Sant'Ana e com serviço de consultoria técnica e administrativa, parcialmente compensados por menores despesas com serviços de manutenção de sistemas de TI.
- **Outros:** O aumento de 49,0% se deve principalmente pela provisão para contrato oneroso em Saíra e maiores provisões para contingências de processos cíveis, compensados em parte pela reversão de provisão para contrato oneroso em Sant'Ana, reversão de contingências fiscais e redução de provisões de contingências trabalhistas.
- **Depreciação e amortização:** A redução de 46,5% é explicada pela (i) finalização de depreciação e amortização de softwares devido ao fim da vida útil, (ii) término antecipado do contrato de arrendamento de escritório administrativo no 2T22, e (iii) encerramento dos contratos de locação de veículo.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 2T23, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 393,2 MM com margem EBITDA de 57,9%. A redução de 44,3% do EBITDA IFRS na comparação com 2T22 é explicada basicamente pela queda da receita de correção monetária do ativo contratual em R\$ 375,2 MM, em função da contração dos índices macroeconômicos, principalmente o IGP-M que registrou uma deflação acumulada de -2,73% no 2T23 contra uma inflação acumulada de +3,71% no 2T22. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento nas receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual, em função do início da operação de Saíra sob gestão da Taesa e da entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana, além da melhora da Parcela Variável por eventos não recorrentes.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Receita líquida	678,6	847,7	-19,9%	1.371,5	1.643,4	-16,5%
Custos e despesas	(285,4)	(141,6)	101,6%	(430,9)	(245,7)	75,4%
EBITDA	393,2	706,1	-44,3%	940,6	1.397,6	-32,7%
Margem EBITDA	57,9%	83,3%	-25,4 pp	68,6%	85,0%	-16,5 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T23 alcançou R\$ 633,1MM, 13% maior que o registrado no 2T22, explicada pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa e entrada em operação de novas fases de Sant'Ana, e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023 da RAP, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 6M23 somou R\$ 1.231,2 MM, apresentando um aumento anual de 13,3%.

A Receita Líquida Regulatória representa o reconhecimento das RAPs definidas nos contratos de concessão e autorizadas pela ANEEL para o ciclo atual, representando um doze avos da RAP contabilizada mensalmente no resultado. Conforme estabelecido no contrato de concessão, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2). Portanto, ela não é diferente Receita Líquida IFRS descrita na seção 4.5.

O crescimento na linha da RAP de 10,4% entre o 2T23 e o 2T22 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e pelo início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa e entrada em operação de novas fases do empreendimento Sant'Ana em dezembro de 2022 e maio de 2023. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões ATE II e ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3), reduções essas previstas pelo contrato de concessão.

A Parcela Variável (PV) registrou uma reversão de R\$ 12,4 MM no 2T23, apresentando uma melhora de R\$ 17,3 MM na comparação entre o 2T23 e o 2T22 em função da reversão da PV contabilizada neste trimestre de aproximadamente R\$ 15 milhões, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP da concessão ATE ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia.

O aumento de 16,0% nas deduções da receita segue o aumento da receita operacional bruta.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22	Var. %
RAP Concessionárias	683,6	619,2	10,4%	1.336,7	1.220,0	9,6%
Parcela Variável	12,4	(4,9)	n/a	17,5	(27,7)	n/a
Receita do Serviço	696,0	614,3	13,3%	1.354,1	1.192,4	13,6%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	-6,7%	0,6	0,4	53,1%
Receita operacional bruta	696,3	614,6	13,3%	1.354,7	1.192,8	13,6%
PIS e COFINS	(38,6)	(34,2)	12,8%	(74,6)	(67,5)	10,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	4,9%	(0,2)	(0,2)	11,2%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-30,1%	(0,0)	(0,0)	-18,3%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,5)	(20,2)	21,4%	(48,7)	(38,8)	25,4%
Total Deduções	(63,2)	(54,5)	16,0%	(123,5)	(106,6)	15,9%
Receita operacional líquida	633,1	560,1	13,0%	1.231,2	1.086,2	13,3%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 191,4 MM no 2T23, 14,5% maior quando comparado ao 2T22. Os custos de PMSO somaram R\$ 98,1 MM, registrando um aumento de 3,1% quando comparado ao 2T22.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 341,2 MM, 10% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 6M23 R\$ 174,4 MM, registrando um aumento de 4,5%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Pessoal	(61,7)	(49,2)	25,4%	(114,8)	(98,5)	16,6%
Material	(1,7)	(1,7)	-2,7%	(3,8)	(2,4)	56,1%
Serviço de terceiros	(33,0)	(29,0)	13,9%	(48,7)	(44,1)	10,4%
Outros	(1,7)	(15,3)	-88,8%	(7,2)	(21,9)	-67,4%
Total	(98,1)	(95,2)	3,1%	(174,4)	(166,9)	4,5%
Depreciação e amortização	(93,2)	(72,0)	29,5%	(166,8)	(143,4)	16,3%
Total	(191,4)	(167,2)	14,5%	(341,2)	(310,3)	10,0%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 98,1 MM no 2T23 (+3,1% versus 2T22), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 25,4% na comparação entre o 2T23 e o 2T22 é explicado principalmente pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73% baseado no índice de inflação IPCA, (ii) início da operação da concessão Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, e (iii) entrada em operação de novas fases do empreendimento de Sant'Ana (~91% da RAP total habilitada).
- **Material:** O custo de material se manteve em linha entre os períodos comparados.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 13,9% na comparação entre o 2T23 e o 2T22 foi influenciado principalmente por maiores gastos com serviços de vigilância e limpeza na Taesa, Saíra e Sant'Ana e com serviço de consultoria técnica e administrativa, parcialmente compensados por menores despesas com serviços de manutenção de sistemas de TI.
- **Outros:** A redução anual de R\$ 13,6 MM se deve principalmente a (i) reversão de contingências fiscais, (ii) redução de provisões de contingências trabalhistas, (iii) menores despesas com aluguéis de veículos, e (iv) término antecipado dos contratos de aluguéis de escritórios administrativos em 2022. Estes efeitos foram compensados em parte por maiores provisões de contingências de processos cíveis.

O aumento de 29,5% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 2T23 e o 2T22, refere-se basicamente ao início de operação da concessão Saíra (1ª fase) e da entrada em operação parcial de Sant'Ana.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 2T23 atingiu R\$ 534,9 MM, 15,1% maior que o registrado no 2T22 e a margem EBITDA atingiu 84,5% (+1,5pp versus 2T22). Conforme mencionado anteriormente, o início da operação de Saíra (1ª fase) sob gestão da Taesa a partir de 31 de março de 2023, a entrada em operação de novas fases de Sant'Ana em dezembro de 2022 e em maio de 2023, o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e a melhora da Parcela Variável por eventos não recorrentes explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

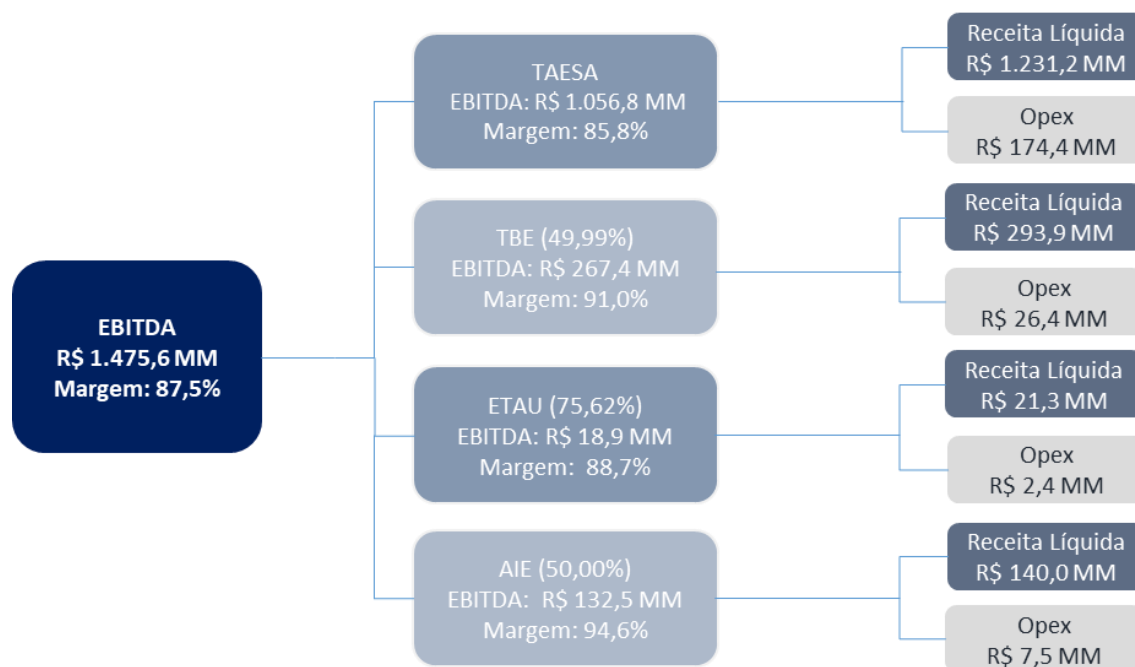
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Receita líquida	633,1	560,1	13,0%	1.231,2	1.086,2	13,3%
Custos e despesas	(98,1)	(95,2)	3,1%	(174,4)	(166,9)	4,5%
EBITDA	534,9	464,9	15,1%	1.056,8	919,3	15,0%
Margem EBITDA	84,5%	83,0%	1,5 pp	85,8%	84,6%	1,2 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro semestre de 2023 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE*).



* A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE.

4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T23 totalizou R\$ 81,5 MM, 64,0% menor que o 2T22. Já no primeiro semestre de 2023, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 268,9 MM, 38,4% menor que o mesmo período de 2022.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
ETAU	2,1	5,9	-63,9%	9,2	14,7	-37,1%
TBE	20,6	141,9	-85,5%	97,1	311,4	-68,8%
Aimorés	13,8	51,8	-73,4%	26,6	59,3	-55,2%
Paraguaçu	22,1	13,5	63,7%	41,2	29,4	40,0%
Ivaí	22,9	12,9	76,5%	94,8	22,0	331,1%
Total Equivalência Patrimonial	81,5	226,1	-64,0%	268,9	436,7	-38,4%

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

A redução de 64,0% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T23 e o 2T22, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M e IPCA, com impacto significativo na TBE e (ii) menores investimentos em função da entrada em operação de Ivaí (parcial), Aimorés e Paraguaçu. Estes efeitos foram compensados em parte por (i) menores despesas financeiras em Ivaí e TBE, em função do menor IPCA acumulado no período, e (ii) contabilização das receitas de correção monetária e de remuneração do ativo contratual das concessões Ivaí (parcial), Paraguaçu e Aimorés, uma vez que entraram em operação em 2022.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T23 totalizou R\$ 103,4 MM, 197,3% maior que o registrado no 2T22. No primeiro semestre de 2023, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 195,1 MM, 206,4% maior que o registrado no 6M22.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
ETAU	8,3	4,5	82,4%	16,9	2,2	671,4%
TBE	78,2	68,8	13,6%	152,8	140,5	8,8%
Aimorés	9,2	4,1	121,2%	16,3	4,3	279,6%
Paraguaçu	14,9	(0,0)	-	24,9	0,1	35821,5%
Ivaí	6,6	(29,1)	-	11,4	(56,0)	-
Resultado das Controladas	117,1	48,4	141,7%	222,4	91,0	144,4%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	103,4	34,8	197,3%	195,1	63,7	206,4%

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T23 apresentou um aumento de R\$ 68,6 MM (+197,3%) na comparação com 2T22, explicado pela (i) entrada em operação de Ivaí (parcial), Paraguaçu e Aimorés, (ii) reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA), e (iii) menores despesas financeiras na concessão de Ivaí e TBE, em função do menor IPCA.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 243,3 MM no 2T23, 6,6% menor que o registrado no 2T22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 243,2 MM, uma queda de 7,4% na comparação anual.

No primeiro semestre de 2023 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 525,0 MM, apresentando um aumento de 7,4% contra 6M22. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 524,8 MM, 7,0% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	2T23	2T22	Var. %	6M23	6M22	Var. %
Receitas Financeiras	36,7	46,9	-21,8%	70,5	70,0	0,7%
Renda de aplicação financeira	36,7	46,9	-21,8%	70,5	70,0	0,7%
Despesas Financeiras	(279,9)	(307,5)	-9,0%	(595,4)	(558,7)	6,6%
Juros incorridos	(188,1)	(160,4)	17,3%	(374,3)	(308,8)	21,2%
Variações monetárias e cambiais	(82,8)	(131,9)	-37,2%	(200,6)	(234,6)	-14,5%
Arrendamento	(0,1)	(0,3)	-72,7%	(0,2)	(0,6)	-69,1%
Outras despesas/receitas financeiras	(9,0)	(14,9)	-39,8%	(20,3)	(14,7)	38,0%
Total IFRS	(243,3)	(260,6)	-6,6%	(525,0)	(488,8)	7,4%

A queda anual de 21,8% nas Receitas Financeiras ocorreu em função do menor volume de caixa aplicado entre os trimestres comparados devido principalmente aos pagamentos de (i) R\$ 1,3 bilhão em dividendos e JCP pagos nos últimos doze meses, (ii) R\$ 870 MM de indenização de Saíra, (iii) R\$ 518 MM em juros e amortização referente à 3ª, 6ª, 10ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa, (iv) além de aportes nos empreendimentos em construção. Estes efeitos foram compensados pela geração operacional de caixa, novas captações e recebimento de dividendos das empresas participadas.

O crescimento de 17,3% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 11ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures e pelo aumento do CDI entre os períodos comparados (3,09% no 2T23 versus 2,86% no 2T22).

A queda anual de 37,2% na linha de variações monetárias e cambiais é explicado basicamente pela contração do índice IPCA registrado na comparação anual (+0,76% no 2T23 x +2,22% no 2T22), que é aplicado sobre a dívida indexa à inflação.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma variação positiva de R\$ 5,9 MM na comparação anual explicada basicamente por (i) pagamento no 2T22 de multa junto à SEFAZ de Mato Grosso, (ii) maior atualização monetária de créditos tributários, e (iii) menores provisões para contingências. Estes efeitos foram compensados em parte por maiores despesas bancárias.

4.15. Impostos

A redução de 92,9% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2T23 e 2T22 é explicada principalmente pela redução na receita bruta societária da Taesa, em função da queda dos índices macroeconômicos que refletiu no declínio dos impostos diferidos. A variação também recebeu, em parte, a influência do aumento dos impostos correntes em decorrência do reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023 das RAPs e alteração do regime tributário da Miracema para o lucro real.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Lucro antes do Impostos	227,5	664,6	-65,8%	675,5	1.331,7	-49,3%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(77,4)	(225,9)	-65,8%	(229,7)	(452,8)	-49,3%
Equivalência Patrimonial	27,7	76,9	-64,0%	91,4	148,5	-38,4%
SUDAM/SUDENE	5,3	15,7	-66,1%	8,4	33,2	-74,8%
JCP Pago/Recebido	-	-	n/a	-	-	n/a
Empresas de Lucro Presumido	37,6	34,0	10,6%	60,6	67,1	-9,7%
Outros	(0,4)	(1,2)	-67,2%	1,0	(3,8)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(7,1)	(100,5)	-92,9%	(68,3)	(207,7)	-67,1%
Alíquota Efetiva	3,1%	15,1%	-12,0 pp	10,1%	15,6%	-5,5 pp

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Lucro antes do Impostos	301,9	165,1	82,9%	560,3	349,1	60,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(102,7)	(56,1)	82,9%	(190,5)	(118,7)	60,5%
Equivalência Patrimonial	35,2	11,8	197,3%	66,3	21,7	206,4%
SUDAM/SUDENE	5,3	15,7	-66,1%	8,4	33,2	-74,8%
JCP Pago/Recebido	-	-	n/a	-	-	n/a
Empresas de Lucro Presumido	7,1	4,0	74,5%	14,3	14,1	1,3%
Outros	(0,4)	1,2	n/a	3,0	(11,4)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(55,5)	(23,3)	138,0%	(98,5)	(61,2)	61,0%
Alíquota Efetiva	18,4%	14,1%	4,3 pp	17,6%	17,5%	0,1 pp

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2031	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2031	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema**	"Real"	"Sudam"	100%	2029	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Saíra	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

(**) O projeto se encontra em processo de solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM para obtenção do benefício.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

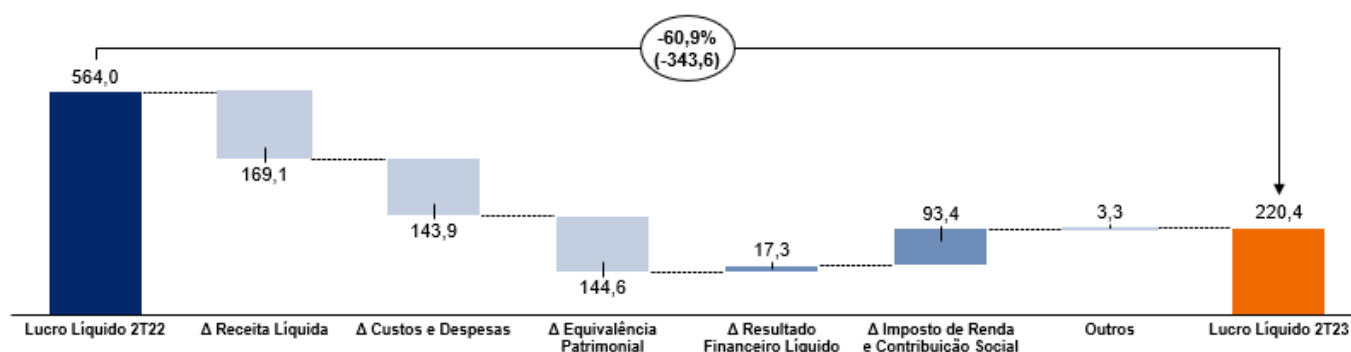
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

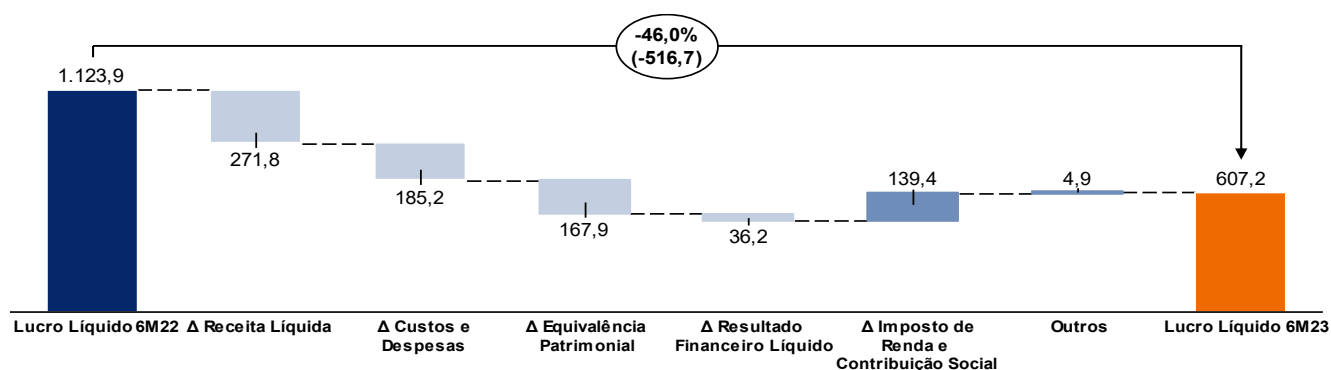
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 220,4 MM no 2T23, apresentando uma redução de 60,9% que o registrado no 2T22. No primeiro semestre de 2023, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 607,2 MM, 46,0% menor que o mesmo período de 2022.

Lucro Líquido IFRS – 2T23:

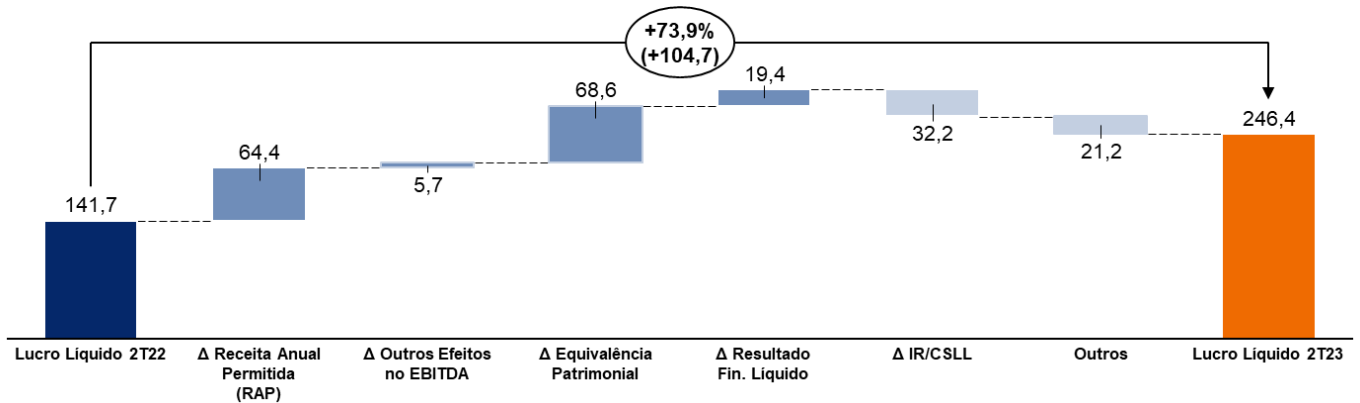


Lucro Líquido IFRS – 6M23:

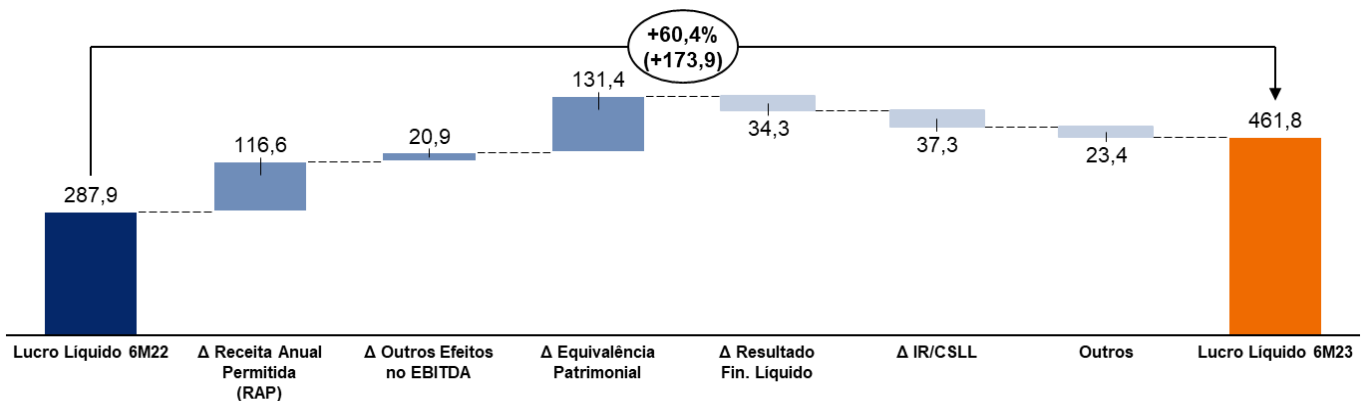


Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 246,4 MM no 2T23, apresentando um aumento anual de 73,9%. Já no 6M23, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 461,8 MM, 60,4% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T23:



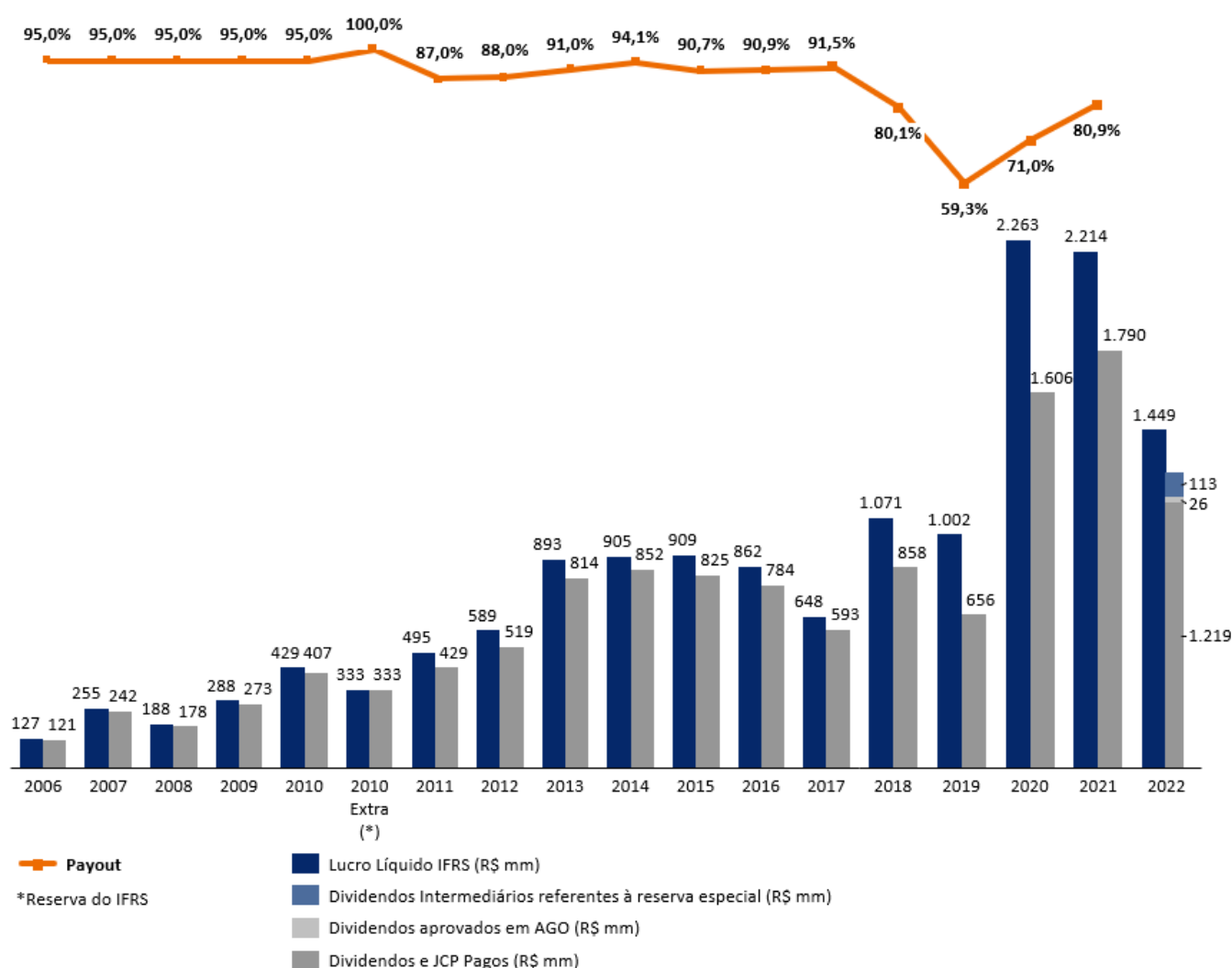
Lucro Líquido Regulatório – 6M23:



4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 313,4 MM (R\$ 0,91 / Unit), sendo R\$ 216,2 MM (R\$ 0,63 / Unit) a título de JCP e R\$ 97,2 MM (R\$ 0,28 / Unit) a título de dividendos intercalares, com base no resultado levantado em 31 de março de 2023. O pagamento ocorrerá no dia 29 de agosto de 2023, a partir da data base de 7 de agosto de 2023.

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 27 de abril de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2022. O montante total de dividendos e juros sobre capital próprio aprovado sobre o resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 1.244.759.611,50, dos quais: (i) R\$ 353.958.594,59 foram pagos em 2022 a título de Dividendos Intercalares; (ii) R\$ 404.752.894,90 foram pagos em 2022 a título de Juros sobre Capital Próprio; (iii) R\$ 460.000.000,06 foram pagos em janeiro de 2023 a título de Dividendos Intercalares; e (iv) R\$ 26.048.121,95 a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes que serão pagos até o 31 de dezembro de 2023, com base na posição acionária do dia 3 de maio de 2023. A partir do dia 4 de maio de 2023, as ações passarão a ser negociadas “ex-dividendos” na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Em Reunião de Diretoria, foi definida a data de pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de R\$ 26,0 MM (R\$ 0,08 / Unit) para 29 de agosto de 2023.



4.18. Endividamento

No 2T23, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 9.541,8 MM, 1,5% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.334,5 MM, registrando um aumento de 27,1% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.207,3 MM, 1,8% menor que o 1T23.

R\$ MM

Dívida Líquida	2T23	% Dív Bruta	1T23	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	816,8	8,6%	807,9	8,6%	1,1%
Taxa Fixa	0,1	0,0%	1,0	0,0%	-94,6%
CDI	201,7	2,1%	186,1	2,0%	8,4%
IPCA	615,1	6,4%	620,8	6,6%	-0,9%
Longo Prazo	8.725,0	91,4%	8.597,0	91,4%	1,5%
Taxa Fixa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-60,0%
CDI	3.181,2	33,3%	3.173,6	33,7%	0,2%
IPCA	5.543,8	58,1%	5.423,3	57,7%	2,2%
Endividamento Total	9.541,8	100,0%	9.404,8	100,0%	1,5%
(-) Caixa e Aplicações*	(1.334,5)		(1.050,3)		27,1%
(=) Dívida Líquida	8.207,3		8.354,5		-1,8%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 2T23 a dívida bruta totalizou R\$ 9.541,8 MM e o caixa R\$ 1.334,5 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 8.207,3 MM, apresentando uma queda de 1,8% em relação ao trimestre anterior.

O aumento de 27,1% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela geração de caixa operacional e aumento do CDI no período, compensados em parte pelo pagamento no valor total de R\$ 153 MM de juros da 10ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa e juros e amortização da 6ª emissão.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 11.804,3 MM e o caixa de R\$ 1.568,3 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.117,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 117,1 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 0,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 19,4 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.144,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 97,3 MM.

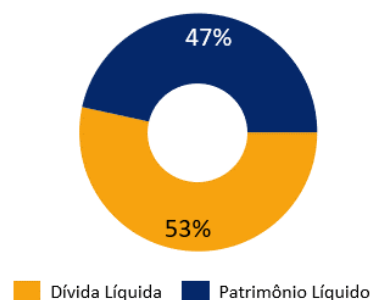
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,7x no 2T23, menor que o valor registrado no 1T23 (3,9x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,1x no 2T23 contra 4,3x registrado no 1T23.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	9.541,8	1.334,5	8.207,3
ETAU (75,6%)	0,4	19,4	-18,9
TBE (49,99%)	1.117,8	117,1	1.000,7
AIE (50%)	1.144,3	97,3	1.047,0
TOTAL	11.804,3	1.568,3	10.236,0

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do 2T22 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofreram este ajuste proforma.

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	661.802	23.405	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	349.825	12.015	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	692.644	39.368	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	442.027	15.522	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	262.945	1.906	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	625.464	113.479	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	388.843	824	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	645.801	12.444	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	114.048	722	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	149.177	9.696	CDI + 1,18%	AAA.br	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	649.176	42.567	CDI + 1,36%	AAA.br	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	646.678	7.328	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	300.524	3.582	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	319.800	3.866	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	13ª Debêntures	CDI	995.899	45.205	CDI + 1,50% a.a.	AAA.br	fev/2025	Bullet	1
	SWAP - Citibank	CDI	375.394	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	122.504	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	122.503	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	61.264	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	61.187	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	246.274	5.053	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	796.454	1.701	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	49.622	2.133	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	432	2	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	8ª Debêntures	CDI	134.861	8.597	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.794	3.374	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.730	1.222	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
	2ª Debêntures	CDI	37.153	1.257	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.333	745	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.649	48.281	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	5ª Debêntures	CDI	9.535	608	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	11.736	140	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.523	322	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.396	255	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.963	1.592	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.895	606	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	14.899	333	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
	CBB Santander	CDI	45.801	545	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.930	844	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.387	389	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	280.764	429	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	2.215	11	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	635	52	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	750	1	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.440	83	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.934	911	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BDMG	pré-fix	829	61	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAI	1ª Debêntures	IPCA	1.144.260	0	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			11.392.827	411.478					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 6M23 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.315,4 MM contra R\$ 263,6 MM investidos no 6M22, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de cerca de R\$ 1,1 bilhão entre os períodos comparados se deve principalmente à indenização paga na assinatura do contrato de Saíra e aos maiores investimentos nos projetos de Ivaí, Ananaí e Sant'Ana, compensado em parte por menores investimentos em Paraguaçu, Aimorés e ESTE em função da conclusão destes projetos.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

Custo de Implementação (Capex)											
R\$ Mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	6M23	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	-	179.129
Miracema		-	1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	-	268.565
Janaúba			-	10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	-	974.246
Aimorés			-	3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	37.394	-	208.618
Paraguaçu			-	5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	92.716	-	363.396
Ivaí			-	8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	131.194	248.097	1.174.478
ESTE			-	868	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	-	303.380
EDTE				-	14.635	175.155	1.837	-	-	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	118.440	99.619	669.577
Ananaí								-	106.917	61.573	168.490
Pitiguari								-	3.816	8.170	11.986
Tangará									-	3.417	3.417
Saira ¹									-	894.547	894.547
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	975.927	518.958	1.315.423	5.411.457

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. (1) O valor do 6M23 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo exatamente o valor desembolsado, portanto, não afetando a demonstração de resultado em IFRS do trimestre.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente seis empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 6,8 bilhões e uma RAP de R\$ 962 MM (ciclo RAP 2023-2024) e reforços relevantes na concessão Novatrans com um investimento total ANEEL de R\$ 263 MM e uma RAP de R\$ 45 MM. Considerando apenas a participação da Taesa nesses seis projetos, o investimento ANEEL é de R\$ 5,9 bilhões com uma RAP proporcional de R\$ 755 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2023-24) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	593 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	414,2	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento (*98% da RAP habilitada)
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	606 km / Rio Grande do Sul	100% Taesa	80,8	610	mar/19	jul/23 ⁽¹⁾	Em andamento (*91% da RAP habilitada)
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	166,2	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	21,4	243	set/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	104,7	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	174,4	1.175	mar/23	mar/28	Em andamento
TOTAL		2.677 km		R\$ 962 MM	R\$ 6.832 MM			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS. (1) O prazo estipulado pela ANEEL para a sua energização é julho de 2023, alterado após publicação da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.926/2020, que conferiu 4 de meses de postergação da entrada em operação comercial como medida de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Modulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Modulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Modulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV de 525/230 kV – 150 Mvar, e os Bancos de Reatores 525/230 kV da SE Sarandi em novembro de 2022.
- Avanço físico: 99,9% em 30 de junho de 2023.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.

- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Avanço físico: 97,5% em 30 de junho de 2023.

Ananaí

- Constituição da empresa Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Avanço físico: 15,1% em 30 de junho de 2023.

Pitiquari

- Constituição da empresa Pitiquari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Avanço físico: 10,1% em 30 de junho de 2023.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Avanço físico: 3,8% em 30 de junho de 2023.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 0,1% em 30 de junho de 2023.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autoritativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022 para implantar reforços nas instalações de Novatrans.
- Avanço físico: 4,0% em 30 de junho de 2023.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhoria contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Nos últimos anos, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do terceiro Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Adesão ao “Movimento Raça é Prioridade”
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- Certificação Great Place to Work 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão pelo 3º ano seguido
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Listagem na B3 da TAESA nos índices ICO2 e IGPTW demonstrando o comprometimento no combate a mudanças climáticas e na busca por melhores condições e práticas no ambiente de trabalho
- Criação do Sistema de Gestão Integrado da Taesa (SGIT)

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIAP+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2023, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Fóruns de Empoderamento Feminino

- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Palestras e *games* sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Programa de Mentoria 50+

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2022): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS						
R\$ MM						2T23
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	PV
NOVATRANS	56,7	(40,8)	4,0	50,7	0,2	0,1
TSN	19,6	(17,2)	0,1	95,9	0,2	(0,9)
MUNIRAH	1,5	(1,2)	0,1	6,3	0,0	(0,0)
GTESA	0,8	(0,8)	-	0,9	2,6	(0,0)
PATESA	2,4	(3,0)	-	2,4	0,0	-
ETEO	10,7	(11,1)	-	19,2	0,1	0,0
NTE	14,2	(10,3)	0,0	15,6	0,0	(0,3)
STE	8,4	(8,6)	0,0	6,2	0,0	-
ATE	14,4	(15,8)	-	12,0	0,0	15,1
ATE II	17,3	(20,9)	1,0	26,9	0,1	(1,3)
ATE III	7,5	5,8	0,0	12,6	0,1	0,3
ETAU	2,0	(3,9)	-	3,9	2,8	(0,1)
BRASNORTE	6,2	3,4	-	0,8	0,7	(0,0)
SÃO GOTARDO	1,0	1,1	-	0,3	0,0	(0,0)
SÃO JOÃO	10,1	9,8	-	2,3	0,0	0,3
SÃO PEDRO	10,2	9,2	-	1,8	1,9	(0,1)
LAGOA NOVA	3,1	2,2	-	0,5	0,0	(0,0)
MARIANA	3,7	3,8	-	0,5	0,0	-
MIRACEMA	15,5	10,6	-	5,0	0,7	(0,2)
JANAÚBA	53,7	35,0	-	6,1	0,1	(0,6)
SANT'ANA	10,0	6,5	78,7	1,1	2,3	(0,0)
ANANAÍ	-	-	65,9	-	-	-
PITIGUARI	-	-	7,3	-	-	-
SAÍRA	21,4	13,4	26,1	8,5	-	-
TANGARÁ	-	-	1,7	-	-	-
AIMORÉS	9,6	7,7	-	2,0	0,0	-
PARAGUAÇÚ	15,0	12,1	-	2,4	0,0	(0,2)
IVAÍ	38,8	29,9	(0,5)	-	-	-
EATE	16,6	(27,4)	-	8,6	0,2	(1,4)
EBTE	4,7	6,0	0,9	2,8	1,2	-
ECTE	1,3	(2,2)	-	0,7	0,0	(0,0)
EDTE	9,1	6,4	-	1,4	0,0	-
ENTE	9,2	(16,5)	-	4,4	(0,0)	(0,1)
ERTE	1,7	(3,4)	-	1,6	(2,6)	-
ESDE	1,2	1,1	-	0,4	0,4	(0,0)
ESTE	13,5	10,7	-	3,1	0,0	-
ETEP	3,4	(5,7)	-	2,7	0,1	(0,5)
ETSE	0,9	1,0	-	0,2	0,3	-
LUMITRANS	0,8	(1,6)	-	0,6	(0,0)	-
STC	0,9	0,9	-	0,9	1,7	(0,0)
TRANSIRAPE	2,0	(2,6)	-	0,9	2,0	-
TRANSLESTE	2,9	(3,0)	-	0,7	-	-
TRANSUDESTE	1,5	(2,0)	-	0,6	-	(0,0)
Total	424,0	(21,2)	185,5	313,6	15,2	10,0

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 1T23	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 2T23
NOVATRANS	10%	1.619,1	56,7	(40,8)	4,0	50,7	0,2	(134,0)	1.555,9
TSN	11%	795,3	19,6	(17,2)	0,1	95,9	0,2	(126,7)	767,2
MUNIRAH	12%	62,5	1,5	(1,2)	0,1	6,3	0,0	(8,3)	60,9
GTESA	11%	30,7	0,8	(0,8)	-	0,9	2,6	(4,9)	29,4
PATESA	8%	129,2	2,4	(3,0)	-	2,4	0,0	(6,7)	124,3
ETEO	10%	433,8	10,7	(11,1)	-	19,2	0,2	(40,0)	412,7
NTE	15%	408,0	14,2	(10,3)	0,0	15,6	0,0	(35,0)	392,6
STE	10%	340,4	8,4	(8,6)	0,0	6,2	0,0	(19,3)	327,1
ATE	10%	633,3	14,4	(15,8)	-	12,0	0,0	(33,9)	610,0
ATE II	9%	851,1	17,3	(20,9)	1,0	26,9	0,1	(53,0)	822,6
ATE III ¹³	7%	454,0	7,5	5,8	0,0	12,6	0,2	(39,9)	440,1
ETAU ¹	18%	112,6	2,0	(3,9)	-	3,9	2,8	(11,5)	91,5
BRASNORTE ¹	6%	231,6	6,2	3,4	-	0,8	0,7	(8,9)	233,9
SÃO GOTARDO ¹	5%	73,5	1,0	1,1	-	0,3	0,0	(1,7)	74,1
SÃO JOÃO ¹³	6%	665,1	10,1	9,8	-	2,3	0,0	(15,6)	671,7
SÃO PEDRO ¹³	6%	628,3	10,2	9,2	-	1,8	1,9	(16,6)	634,8
LAGOA NOVA ¹³	9%	141,3	3,1	2,2	-	0,5	0,0	(4,0)	143,2
MARIANA ¹³	6%	259,4	3,7	3,8	-	0,5	0,0	(5,2)	262,2
MIRACEMA ¹³	9%	690,3	15,5	10,6	-	5,0	0,7	(22,9)	699,2
JANAÚBA ¹³	10%	2.291,0	53,7	35,0	-	6,1	0,1	(64,5)	2.321,5
SANT'ANA ¹²³	9%	654,1	10,0	6,5	78,7	1,1	2,3	(13,89)	733,5
ANANAI ²	7%	175,6	-	-	65,9	-	-	-	241,5
PITIGUARI ²	5%	8,6	-	-	7,3	-	-	-	15,9
SAÍRA ²	9%	871,0	21,4	13,4	26,1	8,5	-	(28,5)	909,8
TANGARÁ ²	5%	3,1	-	-	1,7	-	-	-	4,8
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	505,5	9,6	7,7	-	2,0	0,0	(13,2)	511,7
PARAGUAÇU ¹²³⁴	8%	796,5	15,0	12,1	-	2,4	0,0	(19,7)	806,3
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.060,0	38,8	29,9	(0,5)	-	-	(44,0)	2.084,2
EATE ³	7%	1.051,9	16,6	(27,4)	-	8,6	0,2	(49,6)	1.000,2
EBTE ¹	4%	428,6	4,7	6,0	0,9	2,8	1,2	(12,3)	432,0
ECTE	6%	86,7	1,3	(2,2)	-	0,7	0,0	(4,1)	82,3
EDTE ¹³	9%	419,1	9,1	6,4	-	1,4	0,0	(11,5)	424,5
ENTE	6%	638,7	9,2	(16,5)	-	4,4	(0,0)	(25,5)	610,3
ERTE	5%	134,5	1,7	(3,4)	-	1,6	(2,6)	(3,5)	128,3
ESDE ¹	7%	72,8	1,2	1,1	-	0,4	0,4	(2,3)	73,5
ESTE ¹³	8%	695,1	13,5	10,7	-	3,1	0,0	(18,6)	703,7
ETEP	6%	224,3	3,4	(5,7)	-	2,7	0,1	(11,2)	213,7
ETSE ¹	6%	64,5	0,9	1,0	-	0,2	0,3	(1,7)	65,2
LUMITRANS	5%	67,0	0,8	(1,6)	-	0,6	(0,0)	(3,0)	63,8
STC ¹	5%	71,7	0,9	0,9	-	0,9	1,7	(4,5)	71,6
TRANSIRAPÉ ⁵	8%	115,0	2,0	(2,6)	-	0,9	2,0	(6,1)	111,1
TRANSLESTE ⁵	10%	115,5	2,9	(3,0)	-	0,7	-	(5,0)	111,1
TRANSUDESTE ⁵	8%	78,8	1,5	(2,0)	-	0,6	-	(3,1)	75,8
Total		14.431,5	424,0	(21,2)	185,5	313,6	15,4	(934,1)	14.607,3

* As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 2T23

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	2T23	2T22	Var. %	2T23	2T22	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	683.564	619.179	10,4%
Operação e manutenção	275.713	239.910	14,9%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	288.686	264.001	9,4%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(28.844)	346.378	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	185.007	46.099	301,3%	-	-	-
Outras receitas operacionais	9.382	23.034	-59,3%	299	320	-6,7%
Parcela variável	12.438	(4.895)	-	12.438	(4.895)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	742.381	914.526	-18,8%	696.300	614.604	13,3%
PIS e COFINS	(39.106)	(46.464)	-15,8%	(38.556)	(34.189)	12,8%
ISS	(116)	(110)	4,9%	(116)	(110)	4,9%
ICMS	(14)	(20)	-30,1%	(14)	(20)	-30,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24.542)	(20.210)	21,4%	(24.542)	(20.210)	21,4%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(63.779)	(66.805)	-4,5%	(63.229)	(54.529)	16,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	678.603	847.722	-19,9%	633.072	560.075	13,0%
Pessoal	(61.734)	(49.234)	25,4%	(61.734)	(49.234)	25,4%
Material	(172.750)	(51.320)	236,6%	(1.699)	(1.747)	-2,7%
Serviços de terceiros	(32.996)	(28.978)	13,9%	(32.996)	(28.978)	13,9%
Outras despesas operacionais	(17.968)	(12.056)	49,0%	(1.703)	(15.256)	-88,8%
Custos e Despesas	(285.448)	(141.588)	101,6%	(98.133)	(95.214)	3,1%
Depreciação e amortização	(3.788)	(7.081)	-46,5%	(93.230)	(71.987)	29,5%
Custos, Despesas e D&A	(289.236)	(148.669)	94,6%	(191.363)	(167.201)	14,5%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	389.366	699.053	-44,3%	441.709	392.874	12,4%
Resultado de equivalência patrimonial	81.453	226.078	-64,0%	103.407	34.784	197,3%
Renda de aplicação financeira	36.669	46.908	-21,8%	36.669	46.908	-21,8%
Despesas financeiras	(279.937)	(307.483)	-9,0%	(279.855)	(309.514)	-9,6%
Empréstimos e financiamentos	17.211	(49.696)	-	17.211	(49.696)	-
- Juros incorridos	(6.806)	(4.443)	53,2%	(6.806)	(4.443)	53,2%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	18.690	(47.038)	-	18.690	(47.038)	-
- Ajuste ao valor justo	5.327	1.785	198,4%	5.327	1.785	198,4%
Instrumentos financeiros derivativos	(11.084)	41.086	-	(11.084)	41.086	-
- Juros incorridos	12.933	(4.167)	-	12.933	(4.167)	-
- Variação cambial	(18.690)	47.038	-	(18.690)	47.038	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(5.327)	(1.785)	198,4%	(5.327)	(1.785)	198,4%
Debêntures	(277.010)	(283.662)	-2,3%	(277.010)	(283.662)	-2,3%
- Juros incorridos	(194.217)	(151.780)	28,0%	(194.217)	(151.780)	28,0%
- Variações monetárias	(82.793)	(131.881)	-37,2%	(82.793)	(131.881)	-37,2%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(82)	(302)	-72,7%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(8.971)	(14.909)	-39,8%	(8.971)	(17.242)	-48,0%
Resultado financeiro	(243.268)	(260.575)	-6,6%	(243.185)	(262.606)	-7,4%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	227.552	664.556	-65,8%	301.930	165.052	82,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.126)	(100.534)	-92,9%	(55.491)	(23.316)	138,0%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	220.426	564.022	-60,9%	246.439	141.735	73,9%
EBITDA	393.155	706.134	-44,3%	534.939	464.861	15,1%
Margem EBITDA	57,9%	83,3%	-25,4 pp	84,5%	83,0%	1,5 pp

5.4. DRE 6M23

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	6M23	6M22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	1.336.684	1.220.044	9,6%
Operação e manutenção	542.920	479.763	13,2%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	556.152	518.079	7,3%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	107.577	679.539	-84,2%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	260.108	96.003	170,9%	-	-	-
Outras receitas operacionais	16.855	29.889	-43,6%	597	390	53,1%
Parcela variável	17.453	(27.666)	-	17.453	(27.666)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.501.065	1.775.608	-15,5%	1.354.735	1.192.769	13,6%
PIS e COFINS	(80.639)	(93.214)	-13,5%	(74.623)	(67.541)	10,5%
ISS	(232)	(208)	11,2%	(232)	(208)	11,2%
ICMS	(17)	(21)	-18,3%	(17)	(21)	-18,3%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(48.658)	(38.796)	25,4%	(48.658)	(38.796)	25,4%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(129.546)	(132.240)	-2,0%	(123.530)	(106.567)	15,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.371.519	1.643.368	-16,5%	1.231.205	1.086.202	13,3%
Pessoal	(114.789)	(98.478)	16,6%	(114.789)	(98.478)	16,6%
Material	(246.640)	(87.589)	181,6%	(3.798)	(2.433)	56,1%
Serviços de terceiros	(48.662)	(44.080)	10,4%	(48.662)	(44.080)	10,4%
Outras despesas operacionais	(20.823)	(15.597)	33,5%	(7.150)	(21.903)	-67,4%
Custos e Despesas	(430.915)	(245.745)	75,4%	(174.400)	(166.895)	4,5%
Depreciação e amortização	(9.025)	(13.937)	-35,2%	(166.825)	(143.436)	16,3%
Custos, Despesas e D&A	(439.939)	(259.682)	69,4%	(341.225)	(310.331)	10,0%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	931.579	1.383.686	-32,7%	889.980	775.871	14,7%
Resultado de equivalência patrimonial	268.862	436.736	-38,4%	195.107	63.687	206,4%
Renda de aplicação financeira	70.452	69.955	0,7%	70.452	69.955	0,7%
Despesas financeiras	(595.422)	(558.710)	6,6%	(595.230)	(560.419)	6,2%
Empréstimos e financiamentos	19.740	39.473	-50,0%	19.740	39.473	-50,0%
- Juros incorridos	(13.607)	(7.089)	92,0%	(13.607)	(7.089)	92,0%
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%
- Variação cambial	25.151	41.113	-38,8%	25.151	41.113	-38,8%
- Ajuste ao valor justo	8.196	5.449	50,4%	8.196	5.449	50,4%
Instrumentos financeiros derivativos	(28.193)	(63.604)	-55,7%	(28.193)	(63.604)	-55,7%
- Juros incorridos	5.154	(17.042)	-	5.154	(17.042)	-
- Variação cambial	(25.151)	(41.113)	-38,8%	(25.151)	(41.113)	-38,8%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(8.196)	(5.449)	50,4%	(8.196)	(5.449)	50,4%
Debêntures	(566.437)	(519.212)	9,1%	(566.437)	(519.212)	9,1%
- Juros incorridos	(365.869)	(284.627)	28,5%	(365.869)	(284.627)	28,5%
- Variações monetárias	(200.569)	(234.585)	-14,5%	(200.569)	(234.585)	-14,5%
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(193)	(624)	-69,1%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(20.340)	(14.743)	38,0%	(20.340)	(17.076)	19,1%
Resultado financeiro	(524.970)	(488.755)	7,4%	(524.777)	(490.464)	7,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	675.472	1.331.667	-49,3%	560.309	349.094	60,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.274)	(207.722)	-67,1%	(98.502)	(61.176)	61,0%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	607.198	1.123.945	-46,0%	461.807	287.918	60,4%
EBITDA	940.604	1.397.623	-32,7%	1.056.805	919.307	15,0%
Margem EBITDA	68,6%	85,0%	-16,5 pp	85,8%	84,6%	1,2 pp

5.5. DRE IFRS 2T23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.865	29.655	2.032	2.373	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.045	69.893	9.638	14.953	38.788
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(3.851)	(38.253)	7.736	12.125	29.901
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	906	-	-	(463)
Outras receitas operacionais	2.764	2.533	11	16	-
Parcela variável	(145)	(2.024)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.677	62.711	19.416	29.221	68.227
PIS e COFINS	(173)	(5.504)	(1.882)	(2.810)	(6.734)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(349)	(5.472)	(164)	(173)	(393)
Deduções da receita operacional bruta	(522)	(10.976)	(2.046)	(2.983)	(7.126)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.155	51.735	17.370	26.238	61.100
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(806)	(7.903)	(308)	(687)	(654)
Material	(822)	1.975	(22)	(234)	(48)
Serviços de terceiros	(468)	(4.785)	(192)	(241)	(1.157)
Outras despesas operacionais	(40)	(1.402)	(54)	(79)	(219)
Custos e Despesas	(2.136)	(12.114)	(575)	(1.241)	(2.078)
Depreciação e amortização	(2)	(174)	(6)	(16)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(2.138)	(12.288)	(581)	(1.257)	(2.103)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.017	39.447	16.789	24.981	58.997
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	435	3.525	413	951	4.527
Despesas financeiras	(11)	(34.428)	(32)	(50)	(34.421)
Resultado financeiro	424	(30.903)	381	901	(29.894)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.441	8.545	17.170	25.882	29.103
Imposto de Renda e Contribuição Social	(296)	12.113	(3.398)	(3.774)	(11.094)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.145	20.658	13.772	22.108	18.009
EBITDA	2.019	39.621	16.795	24.997	59.022
Margem EBITDA	48,6%	76,6%	96,7%	95,3%	96,6%

5.6. DRE IFRS 6M23 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	7.729	59.310	4.065	4.746	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	4.122	140.140	19.113	29.656	73.144
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(3.025)	7.900	17.332	27.170	29.793
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	3.153	-	-	250.774
Outras receitas operacionais	5.552	4.312	39	16	-
Parcela variável	(144)	(2.124)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.235	212.692	40.549	61.343	353.711
PIS e COFINS	(693)	(14.591)	(3.869)	(5.823)	(33.975)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(700)	(10.995)	(329)	(349)	(811)
Deduções da receita operacional bruta	(1.393)	(25.586)	(4.198)	(6.173)	(34.786)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.842	187.106	36.351	55.170	318.926
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.559)	(14.370)	(627)	(1.230)	(1.140)
Material	(1.279)	(1.087)	(14)	(237)	(124.096)
Serviços de terceiros	(727)	(8.950)	(298)	(396)	(3.193)
Outras despesas operacionais	(45)	(2.522)	(88)	(118)	(373)
Custos e despesas	(3.610)	(26.928)	(1.026)	(1.981)	(128.801)
Depreciação e amortização	(49)	(496)	(15)	(29)	(59)
Custos, Despesas e D&A	(3.659)	(27.424)	(1.041)	(2.009)	(128.861)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	9.183	159.682	35.311	53.160	190.065
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	795	8.564	1.408	1.703	6.091
Despesas financeiras	(38)	(75.707)	(122)	(97)	(67.968)
Resultado financeiro	757	(67.144)	1.286	1.606	(61.877)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	9.941	92.538	36.597	54.767	128.188
Imposto de Renda e Contribuição Social	(708)	4.554	(10.004)	(13.592)	(46.987)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.232	97.093	26.593	41.175	81.201
EBITDA	9.232	160.178	35.326	53.189	190.124
Margem EBITDA	71,9%	85,6%	97,2%	96,4%	59,6%

5.7. DRE Regulatório 2T23 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.463	162.148	13.182	19.675	44.390
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(145)	(2.024)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.318	160.124	13.182	19.429	44.390
PIS e COFINS	(421)	(8.324)	(1.311)	(1.920)	(4.078)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(349)	(5.472)	(164)	(173)	(393)
Deduções da receita operacional bruta	(770)	(13.796)	(1.475)	(2.093)	(4.471)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.548	146.328	11.707	17.336	39.919
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(806)	(7.903)	(308)	(687)	(654)
Material	(10)	(352)	(8)	(10)	(48)
Serviços de terceiros	(468)	(4.785)	(192)	(241)	(1.157)
Outras despesas operacionais	(40)	(1.427)	(54)	(79)	(219)
Custos e Despesas	(1.324)	(14.467)	(562)	(1.017)	(2.078)
Depreciação e amortização	(877)	(13.529)	(1.355)	(2.304)	(25)
Custos, Despesas e D&A	(2.201)	(27.996)	(1.916)	(3.321)	(2.103)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.347	118.332	9.791	14.015	37.816
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	435	3.525	413	951	4.527
Despesas financeiras	(11)	(33.428)	(32)	(50)	(34.421)
Resultado financeiro	424	(30.903)	381	901	(29.894)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.771	87.429	10.172	14.916	7.922
Imposto de Renda e Contribuição Social	(500)	(9.163)	(1.018)	(46)	(1.318)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.270	78.266	9.154	14.870	6.604
EBITDA	9.224	131.861	11.145	16.319	37.841
Margem EBITDA	87,4%	90,1%	95,2%	94,1%	94,8%

5.8. DRE Regulatório 6M23 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU*	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	22.951	323.634	26.382	39.334	90.801
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(144)	(2.124)	-	(246)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.807	321.511	26.382	39.088	90.801
PIS e COFINS	(840)	(16.661)	(2.569)	(3.796)	(8.399)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(700)	(10.995)	(329)	(349)	(811)
Deduções da receita operacional bruta	(1.541)	(27.656)	(2.898)	(4.145)	(9.210)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.267	293.855	23.484	34.943	81.591
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.559)	(14.370)	(627)	(1.230)	(1.140)
Material	(19)	(615)	(14)	(27)	(48)
Serviços de terceiros	(727)	(8.950)	(298)	(396)	(3.193)
Outras despesas operacionais	(105)	(2.492)	(88)	(118)	(373)
Custos e despesas	(2.410)	(26.426)	(1.026)	(1.770)	(4.753)
Depreciação e amortização	(1.751)	(30.725)	(2.712)	(4.605)	(59)
Custos, Despesas e D&A	(4.161)	(57.151)	(3.738)	(6.375)	(4.813)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	17.106	236.704	19.746	28.568	76.779
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	795	8.564	1.408	1.703	6.091
Despesas financeiras	(37)	(75.707)	(122)	(97)	(67.968)
Resultado financeiro	758	(67.144)	1.286	1.606	(61.877)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17.864	169.560	21.032	30.174	14.902
Imposto de Renda e Contribuição Social	(972)	(16.738)	(4.712)	(5.231)	(3.503)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.891	152.822	16.320	24.943	11.398
EBITDA	18.857	267.429	22.458	33.173	76.838
Margem EBITDA	88,7%	91,0%	95,6%	94,9%	94,2%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Lucro Líquido	220,4	564,0	-60,9%	607,2	1.123,9	-46,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	7,1	100,5	-92,9%	68,3	207,7	-67,1%
Despesas Financeiras Líquidas	243,3	260,6	-6,6%	525,0	488,8	7,4%
Depreciação e Amortização	3,8	7,1	-46,5%	9,0	13,9	-35,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(81,5)	(226,1)	-64,0%	(268,9)	(436,7)	-38,4%
EBITDA	393,2	706,1	-44,3%	940,6	1.397,6	-32,7%
Margem EBITDA	57,9%	83,3%	-25,4 pp	68,6%	85,0%	-16,5 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	2T23	2T22	Var.%	6M23	6M22	Var.%
Lucro Líquido	246,4	141,7	73,9%	461,8	287,9	60,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	55,5	23,3	138,0%	98,5	61,2	61,0%
Despesas Financeiras Líquidas	243,2	262,6	-7,4%	524,8	490,5	7,0%
Depreciação e Amortização	93,2	72,0	29,5%	166,8	143,4	16,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(103,4)	(34,8)	197,3%	(195,1)	(63,7)	206,4%
EBITDA	534,9	464,9	15,1%	1.056,8	919,3	15,0%
Margem EBITDA	84,5%	83,0%	1,5 pp	85,8%	84,6%	1,2 pp

Reconciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ mil	6M23
EBITDA IFRS	940.604
(-) Correção monetária - IFRS 15 (CPC 47)	(107.577)
(-) Receita de construção - IFRS 15 (CPC 47)	(260.108)
(-) Receita financeira - IFRS 15 (CPC 47)	(556.152)
(+) Amortização do ativo de contrato	777.506
(+/-) PIS/COFINS diferidos	6.017
(+) CAPEX operacional	242.842
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	16.705
(+/-) Outros efeitos societários	(3.032)
EBITDA Regulatório	1.056.805

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
R\$ mil	2T23 IFRS	2T23 Ajustes	2T23 Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.323.640	-	1.323.640
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	334.517	-	334.517
Ativo contratual de concessão	1.441.670	1.441.670	-
Impostos e contribuições sociais	277.229	-	277.229
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	152.429	-	152.429
Estoque	16.830	-	16.830
Outras contas a receber	52.019	-	52.019
Total do Ativo Circulante	3.598.345	1.441.670	2.156.675
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	10.896	-	10.896
Ativo contratual de concessão	11.047.224	11.047.224	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(28.897)	28.897
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.625.968	2.313.023	1.312.945
Clientes	32.736	-	32.736
Depósitos judiciais	60.915	-	60.915
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras contas a receber	54.969	-	54.969
Imobilizado	220.738	(7.251.248)	7.471.986
Intangível	145.871	(296.594)	442.465
Direito de uso	2.961	2.961	-
Total do Ativo Não Circulante	15.202.278	5.786.469	9.415.809
Total do Ativo	18.800.623	7.228.139	11.572.484
Passivos			
Fornecedores	127.853	-	127.853
Impostos e contribuições sociais	45.375	-	45.375
Empréstimos e financiamentos	11.152	-	11.152
Debêntures	805.674	-	805.674
Passivo de arrendamento	155	155	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	26.108	-	26.108
Taxas regulamentares	65.567	-	65.567
Outras contas a pagar	107.260	41.964	65.296
Total do Passivo Circulante	1.189.144	42.119	1.147.025
Empréstimos e financiamentos	385.281	-	385.281
Debêntures	8.220.391	-	8.220.391
Passivo de arrendamento	3.472	3.472	-
Instrumentos financeiros derivativos	119.304	-	119.304
Impostos e contribuições diferidos	1.403.879	1.229.903	173.976
Tributos diferidos	672.242	672.242	-
Provisão para contingências	64.912	2.594	62.318
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(19.786)	19.786
Fornecedores	3.942	-	3.942
Outras contas a pagar	48.722	-	48.722
Total do Passivo Não Circulante	10.922.178	1.888.458	9.033.720
Total do Passivo	12.111.322	1.930.577	10.180.745
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.459.295	-	2.459.295
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(17.963)	-	(17.963)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	5.147.942	(5.147.942)
Resultado do período	607.198	145.391	461.807
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.689.301	5.297.562	1.391.739
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.689.301	5.297.562	1.391.739
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.800.623	7.228.139	11.572.484

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	6M23
	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	607.198
<i>Itens de resultado que não afetam o caixa:</i>	
Resultado de equivalência patrimonial	(268.862)
Depreciação e amortização	7.007
Amortização de direito de uso	2.017
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.630)
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(592)
Custo Implementação - provisão fornecedores	198.530
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e financ	(19.740)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	566.438
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	28.193
Juros passivo de arrendamento	193
Imposto de renda e contribuição social correntes	35.476
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.798
Tributos diferidos	6.017
Remuneração do ativo financeiro	-
Correção monetária do ativo financeiro	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	(556.152)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(107.577)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(260.108)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(4.117)
Despesa de atualização monetária de contingências	10.116
Provisão (Reversão) para parcela variável	(29.799)
	245.406
<i>Variações nos ativos e passivos:</i>	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(101.905)
(Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro	-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	(106.568)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(18.639)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(19.115)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(217.726)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	3.499
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	40.297
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	229.855
	(190.302)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	55.104
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.773)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	12.331
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos	(7)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(37.752)
(Adições) baixas no investimento	-
Aquisição de controladas	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Aumento de capital em coligadas	-
Aumento de capital de empresas ligadas	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(37.759)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.702)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.384)
Captação de debêntures	995.043
Pagamento de debêntures - principal	(7.322)
Pagamento de debêntures - juros	(245.746)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(15.310)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	18.345
Pagamento de passivo de arrendamento	(3.033)
Pagamento de dividendos e JCP	(459.997)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	265.894
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	240.466
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083,174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.323,640
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	240.466

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	6M23
	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	461.807
<i>Itens de resultado que não afetam o caixa:</i>	
Resultado de equivalência patrimonial	(195.107)
Depreciação e amortização	166.826
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.630)
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(592)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(19.740)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	566.438
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	28.193
Juros passivo de arrendamento	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	35.476
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.026
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo financeiro	-
Correção monetária do ativo financeiro	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(4.117)
Despesa de atualização monetária de contingências	10.116
Provisão (Reversão) para parcela variável	(29.799)
	1.080.897
<i>Variações nos ativos e passivos:</i>	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(101.905)
(Aumento) Redução no saldo de ativo financeiro	-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(18.639)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(19.115)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(19.196)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	3.499
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	10.142
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	229.855
	84.641
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.165.538
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.773)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.122.765
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de TVM e outros investimentos	(7)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.151.219)
(Adições) baixas no investimento	-
Aquisição de controladas	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Aumento de capital em coligadas	-
Aumento de capital de empresas ligadas	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.151.226)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.702)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.384)
Captação de debêntures	995.043
Pagamento de debêntures - principal	(7.322)
Pagamento de debêntures - juros	(245.746)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(15.310)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	18.345
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Pagamento de dividendos e JCP	(459.997)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	268.927
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	240.466
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.083.174
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.323.640
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	240.466

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões. Os resultados serão apresentados em ambos os formatos, o formato IFRS e o formato Regulatório, para permitir a comparação com outros exercícios. Vale ressaltar que os resultados Regulatório não são auditados. A declaração de dividendos da Taesa é feita com base nos resultados auditados (IFRS).

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que o mercado utiliza a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.